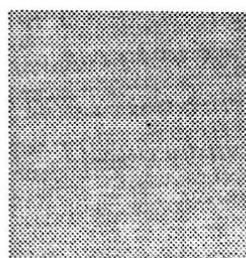


Antonio Levi Mendes ()*

***História indígena no Alto
Paranapanema (1802-1912):
a disputa pela terra e a
exploração do trabalho
indígena (**)***

(*) Licenciado em História e Pedagogia pela Universidade de Sorocaba - UNISO. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Sorocaba - FADI.

(**) O autor agradece aos seus pais Gilberto e Maria Lúcia pelo apoio e financiamento inicial da pesquisa; à Prefeitura Municipal de Itaporanga; aos professores João Castilho, João Luiz Gonzaga Peçanha, Vera Ravagnani Job, Edson R. Miranda e Elvira Ribeiro, e à antropóloga Marta Rosa Amoroso (USP), pelo auxílio intelectual.



RESUMO

Este ensaio aborda o encontro entre o branco colonizador ou comerciante de tropas e os grupos étnicos indígenas Guarani e Kaingang, que habitavam a região do alto rio Paranapanema, durante o século dezoito e começo do século vinte. O foco principal está centrado na exploração da força de trabalho nativa e na expropriação de suas terras pelo colonizador, cujo objetivo era expandir o território conquistado com o intuito de estabelecer bases de agricultura. Aqui, São João Batista do Rio Verde, o maior e mais importante núcleo populacional indígena da província de São Paulo, é analisado como uma forma de demonstrar como a mão-de-obra guarani foi usada em expedições de explorações do Paraná e Mato Grosso do Sul (1845-1852). Como suporte histórico e antropológico, dois enredos complementares são desenvolvidos: a) a guerra entre os Kaingangs da Estrada das Tropas e b) a migração dos Guaranis das regiões do Paraguai e Mato Grosso do Sul para o vale do Paranapanema, buscando a "Terra Sem Mal". Esta estratégia indígena tinha o propósito de evitar o contato com o colonizador.

ABSTRACT

This essay deals with the encounter between the white colonizer or troop merchant and the indigenous ethnic groups "Guarani" and "Kaingang" who lived in the region of the high Paranapanema river during the nineteenth century and early twentieth century. The main focus is centered on the exploitation of native labor force and on the expropriation of their lands by the colonizer whose objective was to expand the conquered territory in order to establish agricultural bases. Here, São João Batista do Rio Verde, the largest and most important indian nucleus in the province of São Paulo, is analyzed as a way to show how "guarani" labor force was used in exploration expeditions into Paraná and Mato Grosso do Sul (1845-1852). As historical and anthropological supporting data, two complementary narratives are developed: a) the war against the "Kaingangs" from Troops Road, and b) the migration of the "Guaranis" from regions in Paraguay and Mato Grosso do Sul to the Paranapanema valley seeking the "Land Without Evil". The purpose of this indian strategy was to avoid contact with the colonizer.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio procura enfocar a história indígena no alto rio Paranapanema, tendo como período o século XIX e o início do século XX (1802-1912).

O alto rio Paranapanema deve ser entendido como parte da bacia hidrográfica homônima, tendo como principais os rios Itapetininga, Itararé, Verde, Taquari e Pirituba. Presentemente é a região sudoeste do Estado de São Paulo.

O texto é fundamentado na análise de parte da pesquisa bibliográfica e etnológica referente aos guaranis, na legislação indigenista do império brasileiro, nos relatos de viajantes e sertanistas e em documentos históricos sobre a temática indígena na região.

Com este trabalho é possível afirmar que a questão indígena nesta região foi centrada na exploração da mão-de-obra e na expropriação das terras dos índios. Quando, por exemplo, os colonos travaram guerra com os Kaingangs (1808-31) tinham como estratégias a escravização e a liberação do território ocupado pelos nativos.

O maior e mais importante aldeamento da província de São Paulo no século XIX - São João Batista do Rio Verde - é analisado aqui como um esforço para a concentração da mão-de-obra guarani, que seria tratada como reserva e utilizada nas expedições de exploração do Paraná e Mato Grosso do Sul (1845-52). Por último, o processo de expropriação das terras guaranis do rio Verde se dá através do esbulho puro e simples, da manipulação de documentos e da ludibriação de algumas lideranças indígenas. Neste caso, ressalto como se deu a resistência dos índios, que usaram todos os meios disponíveis para garantir a sua propriedade, recorrendo ao Executivo estadual e federal e ao Poder Judiciário.

O material etnológico de Curt Nimuendaju é usado exaustivamente e aproveitado o seu lado histórico. Nimuendaju acabou sendo sujeito dessa história quando se integrou a um grupo guarani e esteve na região em 1912, para convencer os índios a se transferirem para o centro do Estado de São Paulo.

OS GUAIANÁS NO INÍCIO DO SÉCULO XIX: A GUERRA “JUSTA”

Originalmente a região do alto rio Paranapanema era habitada por índios da etnia Kaingang. São os famosos Guaianás, ancestrais dos Kaingangs¹, ou bugres de Itapeva da Faxina, assim chamados pela população regional e pelos viajantes do início do século XIX.

Estes índios foram alvo da guerra justa autorizada pela Carta Régia de 05/11/1808. Mas, antes mesmo da permissão real, os colonos da Faxina já travavam uma interminável guerra contra os Kaingangs, cuja finalidade principal era conseguir a escravização destes índios para suprir a falta de mão-de-obra nas lavouras da região, liberando assim o território para as frentes agrícolas e livrando a estrada do Sul dos freqüentes ataques indígenas.

Em 1802, o conselheiro Martim Francisco, naturalista e inspetor das minas e matas, encarregado pelo governo de explorar os sertões da capitania de São Paulo, registra em seu diário de viagem a sua penetração na região do rio Verde. Durante os onze dias que permaneceu explorando este rio, chama-nos a atenção sua excessiva preocupação com um possível ataque indígena. Escreve o conselheiro: “...fui obrigado a estar com sentinelas á vista todas as noites por cauza dos indios”². Mas, contrariando a sua preocupação, a expedição não foi em nenhum momento atormentada pelos tão temidos Guaianás. Ele abre um parêntese em seus relatos naturalistas para justificar as agressões promovidas pelos Guaianás e para esboçar uma política indigenista progressista para o final do período colonial. Diz que os ataques promovidos pelos índios às povoações de colonos são, na verdade, justa reação às injustiças que contra eles praticam os brancos, quando estes tomam as suas terras e os tiranizam. Por fim, prega a brandura no trato com os índios, permitindo a violência como último recurso e em “legítima defesa”, tendo em vista “civilizá-los”, isto é, integrá-los à população regional.

A sensibilidade do botânico em nada alterou as relações travadas entre os colonos da região da Faxina e os indígenas. A guerra continuou e, a partir de 1808, com o beneplácito real.

Em 1820, o naturalista francês August de Saint-Hilaire, em viagem pela região, relata:

1. MONTEIRO, John M. Vida e Morte do Índio: São Paulo Colonial. In: *Índios no Estado de São Paulo: Resistência e Transfiguração*. São Paulo: Yankatu Editora-Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1984. p. 24.

2. ANDARADA, Martim Francisco Ribeiro de. “Jornaes das Viagens Pela Capitania de São Paulo”. *Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: T. 45, 1882. p. 32

“Todos os anos os guardas nacionais (milicianos) de Itapeva se reuniam e se internavam nas matas para dar caça aos indígenas selvagens, emprêsa em que revelavam notável habilidade, e raramente regressavam sem trazer mulheres e crianças que aprisionavam; o seu ardor era excitado pelo desejo de afastar vizinhos tão perigosos, e, mais ainda, pelo de fazer prisioneiros, por isso que lhes era permitido explorar-lhes o trabalho durante 15 anos, a título gratuito, e, mesmo vendê-lo por êsse espaço de tempo.”³

Dom João VI, ao autorizar a violência contra os Kaingangs, primeiramente no rio Doce, nas Minas Gerais, e depois “em todo o terreno que fica ao oeste da estrada real, desde a Villa da Faxina até a Villa das Lages”⁴, traz à luz a verdadeira face da prática indigenista colonial, levando em conta que, pela primeira vez, um ordenamento jurídico reconhece e autoriza a guerra ofensiva contra os índios. Duas agravantes se juntam a essa política violenta contra os nativos, esclarecendo o verdadeiro intuito da lei: os índios conquistados ficariam escravos por quinze anos, a contar do dia de seu batismo no cristianismo, e suas terras seriam declaradas devolutas.

Entre 1808 e 1831 é notável a presença de cativos Kaingangs, de guerra em várias vilas do Sul, destacando-se as vilas de Antonina, Castro, Guarapuava, Vila do Principe, Lages, Faxina e Itapetininga.⁵

A vila de Itapetininga foi um dos principais ponto de destino dos cativos de guerra tomados neste período nos Campos de Guarapuava.

Durante todo esse período de guerra e caça aos índios, enquanto estes eram forçosamente integrados como escravos na economia regional, ou então obrigados a se afugentar em direção à região oeste - denominada Sertão Desconhecido na época - é incalculável a quantidade de terras que foram liberadas para a colonização e o conseqüente estabelecimento da frente agrícola. Terras, até então, dominadas e defendidas pela etnia Kaingang.

Foi nesse contexto e no final desse processo que se iniciou a ocupação e colonização do então sertão do rio Verde.

3. SAINT-HILAIRE, August. “*Viagem a Província de São Paulo...*”. Bibl. Hist. Brasileira, direção de Rubens Borba de Moraes. São Paulo: Martins, 1945, 2a. edição. p. 284

4. CUNHA, Manuela Carneiro (org.). *Legislação Indigenista no Século XIX: Uma Compilação: 1808-1889*. São Paulo: EDUSP-Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992. p. 62.

5. MONTEIRO, John M. (org.). *Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros: acervos das capitais*. São Paulo: NHII-USP/FAPESP, 1994. p. 412.

AS MIGRAÇÕES HISTÓRICAS DOS GUARANIS

Na época da conquista (século XVI) a presença guarani abrangia um imenso território que hoje compreende os estados brasileiros do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, além de parte dos países vizinhos⁶. Nos séculos XVII e XVIII, grande parte da população guarani viveu nas chamadas reduções Jesuíticas-Guarani, criadas pelos missionários jesuítas nos atuais territórios do Paraguai, Argentina e Brasil. Com o surto bandeirante de 1628-41, os sertanistas paulistas invadiram as reduções e levaram mais de 30 mil guaranis como escravos para as fazendas da região de São Paulo. Muitos índios fugiram para o outro lado do rio Uruguai junto com os jesuítas, e organizaram a resistência. Voltaram e fundaram os famosos Sete Povos das Missões, no atual Estado do Rio Grande do Sul.

Os Guaranis pertencem à família lingüística Tupi-Guarani e ao tronco Tupi. Dividem-se em três grupos que falam diferentes dialetos: Mbyá, Nhandeva e Kayowá. Além de diferenças lingüísticas, estes grupos apresentam algumas particularidades culturais. No entanto pode-se falar da cultura guarani como um todo coerente e comum a todos os grupos.

Vários grupos guaranis mantiveram sua independência frente às missões jesuíticas vivendo no extremo sul do atual Mato Grosso do Sul. Estes guaranis empreenderam, no início do século XIX, migrações em direção ao sol nascente (leste), com o intuito de evitar o contato com o branco colonizador e buscar a "Terra Sem Mal" que, segundo a religião tupi-guarani, é um lugar onde a alimentação é abundante, a liberdade é plena e a morte não existe.

De acordo com Nimuendaju⁷ e Helène Clastres⁸, os Tañyguá-Guaranis foram os primeiros a deixar o sul do Mato Grosso, sob a liderança de Ñanderyquyni, grande líder religioso. Este faleceu antes mesmo de atravessar o rio Paraná e teve como sucessor Ñanderuí. Ao atingir os povoados de Paranapitanga e Pescaria, na vila de Itapetininga, estes índios foram escravizados pelos colonos, que provavelmente chamaram para si a justificativa da guerra justa, mesmo esta inexistindo. Mas os Tañyguás conseguiram fugir e continuaram a sua caminhada em direção ao mar, atingindo a Serra de Itatins e se estabelecendo próximos aos

6. Idem. Os Guaranis e a História do Brasil Meridional, séculos XVI-XVII. In: *História dos Índios no Brasil*. Org. Manuela Carneiro da Cunha. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. pp. 476-77.

7. NIMUENDAJU, Curt. *As Lendas da Criação e Destruição do Mundo como Fundamentos da Religião dos Apapocúva-Guarani*. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1987 (1914). pp. 9-11.

8. Helène Clastres. *Terra Sem Mal - o profetismo Tupi Guarani*. Trad. Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978. pp. 79-80.

rios Peixe e Itariri, sem antes terem de se defender da expedição de guerra organizada contra eles pelos moradores do litoral.

O segundo grupo que se pôs em caminhada, os Oguauíva-Guaranis, atingiu a vila de Itapetininga em 1830. Posteriormente, penetrou na margem esquerda do rio Paranapanema, alcançando a vila de Itapeva da Faxina.

O americano João Henrique Elliot, mapista das expedições do Barão de Antonina, narra esta migração com detalhes:

“Pelo dizer d’estes indios atravessaram elles o Paraná abaixo da barra do Ivahy, remontaram este rio até as ruínas de Villa Rica, e d’ahi, transpondo-se para a sua margem direita, dirigiram-se para o Tibagy, que passaram pouco abaixo dos Montes-Agudos, entrando em território da comarca de Coritiba; e ao subirem essa grande cordilheira avistaram uma parte dos Campos Geraes, que d’ali se estendem para o nascente. Por sua qualidade de selvagens não deviam apparecer subitamente n’esses campos, pois que se assim o praticassem expunham-se a recontros com os brancos, e por isso inclinaram-se mais para o norte, abeirando o campo, mais ou menos perto, e depois de annos de um viver errante, repassados de privações e vicissitudes, mostraram-se finalmente no município de Itapetininga.”⁹

Pelo que se pode verificar, a região dos “campos gerais” constituía-se num obstáculo às migrações guaranis. Os índios tinham consciência de que o seu abrupto aparecimento nesta região os deixaria vulneráveis à ação dos colonos, ávidos da escravização indígena. Os depoimentos colhidos por Nimuendaju confirmam esta trajetória, reforçando a tese de que os guaranis evitavam os “campos gerais” e, portanto, os entrepostos da Estrada do Sul, só aparecendo aos colonos em último caso. Tal estratégia era adotada também em relação aos terrenos tradicionalmente habitados pelos povos nativos inimigos.¹⁰

Depois de atingirem a vila de Itapetininga, mais uma vez a trajetória guarani se deu paralelamente à Estrada das Tropas e a oeste, quando estes se internaram nas florestas dos sertões da margem esquerda do rio Paranapanema, estabelecendo a aldeia entre os rios Taquari e Pirituba, ambos afluentes do Paranapanema.

9. ELLIOT, J. Henrique. A emigração dos Cayuaz. Narração coordenada sob apontamentos dados pelo Sr. João Henrique Elliot, pelo sócio efetivo o Sr. Brigadeiro J. J. Machado de Oliveira. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1898. p. 435

10. Idem, Op. cit., p. 56.

OS GUARANIS NO RIO TAQUARI CONTATOS, ALIANÇAS E CONFLITOS

A história do contato entre os Guaranis e os colonos da vila da Faxina, está registrada em inúmeras correspondências oficiais das autoridades da vila e, principalmente, do proprietário de terras e político mais influente da região, o tenente-coronel João da Silva Machado, depois, Barão de Antonina.

Inicialmente, os Guaranis foram identificados pelos colonos como “Botocudos”, e as autoridades locais sempre insistiram no caráter dócil e pacífico desses índios, em contraposição à ação guerreira dos Guaianás. Evidentemente, esta imagem foi construída a partir das relações estabelecidas pelos Guaranis, porque os colonos desconfiavam e muito da concretude deste comportamento, senão vejamos:

“... passára o rio [Paraná] e, internando-se nos sertões ocidentais desta provincia, arrostou guerra com as hordas ferozes que tem o perpetuo senhorio desses sertões, e recuando della vencida procurára effugio aos accommetimentos e perseguições dos seus inimigos açoitando-se nas matas mais visinhas dos povoados occidentaes desta provincia, de onde ás occultas appareciam esses grupos, causando terror aos seus moradores por mais que se mostrassem pacificos e inoffensivos.”¹¹

Desde o início do contato, os colonos perceberam que os Guaranis eram inimigos tradicionais dos Guaianás e estabeleceram uma relação harmoniosa com aqueles, construindo uma aliança tática com a finalidade de promover o afastamento dos Guaianás da região. A partir de 1834, sucessivos ofícios eram dirigidos ao governo provincial solicitando ferramentas, roupas e gêneros alimentícios para, segundo os colonos, suprir as necessidades dos Guaranis. Com esta prática, os colonos procuravam criar a dependência dos índios para com eles, viabilizando, assim, a sua fixação na margem esquerda do rio Taquari. As justificativas eram sempre recheadas de argumentos no sentido de derrotar os Guaianás, exterminando-os ou expulsando-os para bem longe das fazendas da região, liberando assim as suas terras para o avanço da frente agrícola.

Esse papel colaborativo dos Guaranis para com os colonos, presente em toda a documentação disponível sobre o processo, não comprova que houve alguma ação ofensiva contra os Guaianás. É sempre ressaltado que, com o estabelecimento dos Guaranis, os Guaianás, naturalmente, não mais se aventuravam a aproximar-se da povoação, e tampouco da Estrada das Tropas.

11. MACHADO, José Joaquim de Oliveira. *Quadro Histórico da Província de São Paulo*. Coleção Paulística, v. 4. São Paulo: Governo do Estado, 1978 (1864). pp. 234-5

João de Almeida Leite, integrante da Câmara da Vila da Faxina, em ofício dirigido ao presidente da província, em 1834, confirma esta afirmação:

“Pelo numero e valor destes selvagens [Guarani], a Nação Goyanã, se via obrigada a recuar da fronteira deste município, cessando os massacres que nos faziam, são estes Botocudos uma especie de Guarda avançada, que temos no sertão, muitos deles já falam provavelmente o nosso idioma.”¹²

Em 1843, o Barão de Antonina¹³ reconhece o êxito desta aliança, quando na comunicação oficial dirigida ao governo provincial, atribui à presença da aldeia guarani a disseminação da população por muitos quilômetros sertão adentro, pois, segundo ele, a aldeia funcionava como um posto avançado na defesa dos ataques dos Guaianás. E, numa supervalorização do desempenho guarani, enfatiza que a função de defensores dos assaltos Guaianás, “tem facilitado a cultura de muitas e excellentes terras antes abandonadas, e dado segurança dos moradores e viandantes que passam por esta estrada, ha bem poucos annos perigosissima.”¹⁴

August Saint-Hilaire relata que, diante da força da aliança entre guaranis e paulistas, os Guaianás sentiram-se impotentes, afugentando-se para as florestas, deixando de “inquietar os homens de nossa raça”.¹⁵

Depois de tantos anos de “guerra justa” e injusta, é neste momento que os colonos alcançam a vitória, e removem o principal obstáculo para o avanço da colonização no sertão do rio Verde e adjacências: os índios Guaianás.

A OCUPAÇÃO INDÍGENA DO SERTÃO DO RIO VERDE

O grande território liberado é considerado devoluto, e é praticamente incorporado à fazenda Pirituba, pertencente ao Barão de Antonina, que agora consegue de fato a posse dessas terras e começa, a partir deste momento, a idealizar o processo de colonização, incluindo também a criação de infra-estrutura para as futuras expedições exploradoras dos sertões do norte do Paraná e Mato Grosso do Sul.

12. Ofício de João de Almeida Leite ao Governo Provincial, 10/12/1834; AESP-ofícios diversos do Rio Verde, cx. 1012, doc. 20.

13. MACHADO, João da Silva. Cópia da participação oficial, que em data de 2 de setembro de 1843 dirigiu o coronel João da Silva Machado ao governo da província, acerca dos alojamentos de indígenas no município de Itapeva. In: **Memória sobre a Catequese e civilização dos indígenas da Província de São Paulo**. Pelo Dr. Joaquim Antonio Pinto Junior. São Paulo: *Revista da Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios*, T. I, 1901. pp. 61-62.

14. Id., *Ibid.*, p. 62.

15. SAINT-HILAIRE, August. *Op. cit.*, p. 287

Quando os Guaranis, em 1^o de setembro de 1843¹⁶, procuraram o Barão de Antonina na sede de sua fazenda, a aliança tácita entre índios e colonos já tinha sido rompida, evidentemente pelos colonos. Estes, agora sem o perigo Guaianá, iniciaram o processo de ocupação das terras situadas entre os rios Taquari e Itararé, avançando sobre o território da aldeia guarani.

Os índios procuraram o Barão exatamente para relatar o estado de penúria e ameaças que estavam vivendo com as incursões dos colonos sobre o seu habitat. Reclamavam que o avanço dos fazendeiros fez com que a aldeia se reduzisse a uma estreita faixa de terra onde a caça e a pesca inexistiam. Confinados e ameaçados de expropriação total de suas terras, restou-lhes a decisão de abandonar a região e procurar lugares mais propícios à sua sobrevivência.

O Barão de Antonina, com sua aguçada visão geopolítica, encontra imediatamente a solução: apoiar a decisão dos Guaranis quanto ao abandono das terras dos Taquaris e garantir a continuidade destes na região, conduzindo-os para o sertão mais distante (rio Verde), com vistas ao estabelecimento de um aldeamento com apoio estatal. Ele expõe ao governo a sua preocupação com uma provável mudança dos índios para outras regiões e enfatiza que é fundamental a permanência deles no município da Faxina, para conter as “tribos ferozes”. Além disso, ele propõe uma política para o futuro aldeamento, indicando a prática de “criar entre os indígenas as necessidades do homem civilizado, facultando-lhes para isso gratuitamente, os meios necessários”, sem antes indicar a vantagem para a sociedade nacional “... que tornados homens civilizados, nos pagarão com usura os sacrifícios que fizemos para tirá-los do estado de barbaria em que nasceram”, política esta muito semelhante ao discurso oficial do período.

Foram estas diretrizes que nortearam a ocupação, pelos Guaranis, do sertão do rio Verde, ainda em 1843. Para tanto, o Barão, mesmo sem o apoio governamental, abriu uma trilha de cerca de sessenta e seis quilômetros, provavelmente com o trabalho indígena, e consentiu o assentamento destes na região entre os rios Verde e Itararé, em terras antes dominadas pelos Guaianás.

Ao que parece, a decisão de abandonar a antiga aldeia constituía uma estratégia guarani de alcançar espaços mais propícios à sobrevivência do grupo e à preservação, ou mesmo recriação do “modo antigo de viver”.

Esta solução contemplava vários interesses. Inegavelmente era a melhor saída para os índios, que estariam ocupando uma região de floresta virgem, banhada por dois grandes rios (Verde e Itararé), com caça e pesca abundantes, que a priori estariam distantes, aproximadamente, sessenta quilômetros das fazendas

16. MACHADO, João da Silva. Op. cit., passim.

e da povoação da Faxina. Do lado dos colonos as vantagens eram várias: liberavam definitivamente as terras próximas à Estrada do Sul das mãos dos indígenas; a possibilidade do estabelecimento de um aldeamento de índios criava a expectativa da reserva de mão-de-obra para as fazendas; acrescentamos, ainda, o interesse do Barão em explorar o norte do Paraná e o Mato Grosso do Sul; para isso precisava de trabalhadores indígenas (canoeiros, intérpretes, etc.) e bases que servissem de infra-estrutura para as futuras expedições.

AS ALDEIAS GUARANIS

A primeira expedição exploradora dos sertões de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul, promovida pelo Barão de Antonina, e iniciada em agosto de 1845 - que visava descobrir outra via de comunicação da antiga Comarca de Curitiba na província de São Paulo com o baixo rio Paraguai, na do Mato Grosso - descreve a aldeia do cacique Manoel Avepuembi como uma “aldêa com vinte e tantas casas está vantajosamente situada no lado esquerdo do Rio Verde ...”¹⁷, distante sessenta e seis quilômetros da fazenda Pirituba; acrescenta ainda que a poente existe uma outra aldeia pouco menor, não entrando em maiores detalhes. João Henrique Elliot, tido como signatário do diário da expedição, indica a existência do “Porto Payguássú”, ou alojamento do Itararé, distante pouco mais de seis quilômetros da aldeia do cacique Manoel Avepuembi, junto ao rio Itararé.

Elliot relata que estes índios cultivavam milho, morango e amendoim; na técnica de tecelagem faziam pano de fio de urtiga e redes de caraguatá para dormir, e na cerâmica faziam, segundo ele, “louça grossa de barro”. José Joaquim Machado de Oliveira¹⁸ descreve também, em dezembro de 1845, a existência de duas aldeias na região do rio Verde, dentro do grande município de Itapeva. Ele confirma a localização indicada por Elliot e aponta um terceiro assentamento indígena além do rio Itararé, já próximo ao sertão da comarca de Curitiba, que teria sido atacado pelos Guaianás, sobrando apenas vinte e oito índios que se integraram às aldeias de Itapeva. Este autor informa que a aldeia

17. ELLIOT, João Henrique. Resumo do Itinerário de uma viagem exploradoras pelos rio Verde, Itararé, Paranapanema e seus afluentes, pelo Paraná Ivaí, e sertões adjacentes, empreendida por ordem do Exm. Sr. Barão de Antonina. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 9, 1847. p. 17.

18. OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Notícia raciocinada sobre as aldeias de índios da província de São Paulo, desde o seu começo até a atualidade. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. São Paulo, v. 8, 1846. pp. 248-9.

do cacique Manoel Avepuembi (margem esquerda do rio Verde) distanciava-se sessenta quilômetros da fazenda Pirituba e a aldeia da margem direita do rio Itararé localizava-se a seis quilômetros daquela e a sua esquerda.

Todos os relatos da época quantificam a população destas aldeias em mais de duzentos índios.

Por volta de 1849, a aldeia do cacique Manoel Avepuembi passou a abrigar a capela missioneira de São João Batista, construída pelos índios sob a direção do missionário italiano Frei Pacífico de Montefalco.

CLASSIFICAÇÃO ÉTNICA

Quanto à classificação étnica, este grupo já foi objeto de muitas discussões. Por muitas vezes foi denominado de Guaianá, confusão feita devido à presença e fama destes índios na região de Itapeva da Faxina, antes da chegada dos Guaranis.

Curt Nimuendaju, inicialmente, denomina estes índios de Guaianás, mas em seu trabalho de maior fôlego sobre a religião guarani, retifica, denominando-os de Oguauíva-Guaranis, segundo grupo que se pôs em marcha no primeiro quartel do século XIX. Segundo este etnólogo, este nome deriva da época em que os Tañyguás entraram em contato com os Oguauívas. Estes apenas conheciam danças circulares chamadas “oguaú”, e aprenderam com aqueles as danças religiosas relacionadas ao profetismo da “Terra Sem Males”.

Entre os colonos e sertanistas, esses índios eram conhecidos como “Caiuás”. E atualmente, depois dos trabalhos de Nimuendaju¹⁹ e H. Clastres²⁰, não há dúvida de que pertenciam à grande etnia guarani, e na sua maioria ao grupo Kaiowá.

A MISSÃO CAPUCHINHA-GUARANI E O ALDEAMENTO

A fundação da missão Capuchinha-Guarani de São João Batista do Rio Verde, por Frei Pacífico de Montefalco, em 21 agosto de 1845, e, posteriormente, do aldeamento de mesmo nome que reuniu as duas aldeias guaranis, representou o início do grande projeto de colonização do atual sudoeste paulista e de recolonização da antiga província do Guaíra, grande área a norte do atual Estado do Paraná, limitada pelos rios Paranapanema, Tibagi, Paraná e Iguazú, invadida e destruída pelos paulistas em meados do século XVII. A partir deste aldeamento e seguindo o seu modelo foram organizados mais tarde os aldea-

19. NIMUENDAJU, Curt. Op. cit. . p. 10-1.

20. CLASTRES, Hélène de. Op. cit. . p. 80

mentos de São Sebastião do Tijucu Preto (1854), Salto Grande (1861), São Pedro de Alcântara (1855) e São Jerônimo da Serra (1868), os dois primeiros na província de São Paulo e os dois últimos na província do Paraná.

Durante os primeiros anos da missão, a estrutura estatal não se fez presente e, ao que consta, o Barão de Antonina custeou as despesas, sendo ressarcido mais tarde pelo governo provincial.

Com a nomeação do sertanista Luis Pereira de Campos Vergueiro, genro do Barão de Antonina, para diretor do aldeamento, o ordenamento indigenista do período - conhecido como o "regulamento das missões" - passou a dirigir o aldeamento. Esta foi a condição básica para que o governo provincial reservasse recursos para os Guaranis do Rio Verde.²¹ E, mesmo assim, recursos que a princípio garantiram apenas a construção da capela missioneira e a distribuição de vestuário e ferramentas aos índios.

Ao contrário do que correntemente se afirma, frei Pacífico nunca assumiu a direção do aldeamento, ficando este cargo inicialmente a serviço dos interesses regionais da fazenda Pirituba.

De acordo com o relatório da Secretaria da Agricultura de 1898 as terras do aldeamento: "(...) abrangiam toda a faixa de terras limitada pelos rios Verde e Itararé, a partir das divisas da fazenda de São Pedro de Itararé, hoje município de São Pedro de Itararé. A própria cidade de São João Baptista do Rio Verde, que é então séde do aldeamento, acha-se em terras que foram usurpadas dos índios."²²

Nimuendaju afirma, em seus apontamentos, que os Guaranis receberam esta propriedade como pagamento pelos trabalhos prestados na divisão de terras junto aos dois rios, que o triângulo de terras seria propriedade eterna e que se estebeleceu na época: "E quando morrer o último índio, as terras hão de pertencer a seus cães."²³

A primeira família luso-brasileira penetrou o sertão no ano de 1847, vinda da região das Minas Gerais. Tomou posse, com apoio e consentimento do Barão, de terras na parte sul do aldeamento, na divisa com a fazenda de São

21. *Assembléia Provincial de São Paulo*. Discurso-relatório proferido pelo Presidente da Província Manoel da Fonseca Lima e Silva, no dia 7 de janeiro de 1847. p. 13.

22. Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. *Relatório correspondente ao ano de 1898. Apresentado ao Presidente do Estado Coronel Fernando Prestes de Albuquerque*. São Paulo, tipografia do Diário Oficial, 1899. p. 90.

23. NIMUENDAJU, Curt. Apontamentos sobre os Guaraní. Trad. e notas Egon Schaden. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, N. S., v. 8, 1954. p. 17.

Pedro do Itararé, pertencente ao brigadeiro Tobias de Aguiar e à marquesa de Santos.²⁴

A frente agrícola foi ocupando as terras na faixa dos sessenta quilômetros que separavam a fazenda Pirituba do aldeamento de São João Batista do Rio Verde, ou seja, da antiga aldeia do cacique Manoel Avepuembi.

A regularização destas posses se deu no registro paroquial, na freguesia de São João Batista, a partir de 1854 com a regulamentação da Lei de Terras de 1850.²⁵

O aldeamento de São João Batista estava adstrito à sua base territorial, uma vez que os recursos orçados pelo governo provincial eram diminutos e mal davam para pagar as subvenções destinadas ao missionário. Sendo assim, não foram viabilizados projetos econômicos com a população indígena, restando, portanto, a venda de sua força-de-trabalho e o cultivo de subsistência. Esta ausência de empreendimentos econômicos autônomos, muitas vezes era motivo de atração de índios, a exemplo da chegada do grupo dirigido pelo pajé Guyracambi, que deixou o aldeamento de São Pedro de Alcântara, no Jataí, por discordar do ritmo de trabalho, imposto por Frei Timóteo, nas agro-indústrias instaladas nesse aldeamento.²⁶

A situação se agravou tanto, que frei Pacífico, em carta de julho de 1862, anunciava às autoridades provinciais o seu desânimo em relação ao abandono material em que se encontrava o aldeamento e a decisão de deixar a missão, porque a sua gratificação estava atrasada há dez meses.²⁷

Frei Pacífico, aliado da direção do aldeamento, viu-se livre para atuar na defesa dos interesses dos índios. Foi assim que ele construiu uma relação de extrema amizade com os Guaranis. Demonstrada várias vezes em momentos de crise, como por exemplo, quando o missionário foi chamado à corte para se defender de denúncias formuladas por fazendeiros e autoridades locais, os índios por várias vezes ameaçaram ocupar a vila de São João Batista, em represália ao procedimento dos moradores e exigindo o seu retorno imediato. Na ocasião da morte de frei Pacífico, em 1862, também houve ameaça de sublevação da parte dos índios, porque estes tomaram “aquela ocorrência como um castigo que se lhes infligia”.²⁸

24. PIMENTEL, Adriano Queiroz. *A família Pimentel do sul de São Paulo e os Ferreira Mello Camargo*. Itararé, 1972. passim.

25. AESP, livro 151, *freguesia de São João Batista, 1854*.

26. NIMUENAJU, Curt. Apontamentos sobre os Guaranis. Trad. e notas Egon Schaden. *Revista do Museu Paulista. São Paulo*, N. S., v. 8, 1954. p. 17.

27. Carta de Frei Pacífico de Montefalco ao diretor geral dos índios José Joaquim Machado de Oliveira, 20/07/1862, AESP- Ofícios diversos - Capital, cx. 932, doc. 12-A.

28. *Jornal Correio Paulistano*, São Paulo, 14 jan. 1863, p. 1.

É bem possível que os índios mantivessem essa veneração pelo missionário porque este sempre sustentou a defesa de suas terras, entrando em conflito muitas vezes com os fazendeiros locais. Ao que consta, a manutenção da propriedade guarani por muitos anos deveu-se à resistência firme dos índios e à presença do missionário nos anos iniciais do aldeamento.

A história dos Guaranis durante as sete décadas vividas no rio Verde é bastante complexa, principalmente no tocante às relações internas. Representantes dos três grupos guaranis viveram no rio Verde, alguns demoradamente, outros de passagem. E pode-se dizer que tinham relativa liberdade para manifestar a sua cultura, especialmente a religião tradicional guarani.

As rivalidades e conflitos entre os grupos, geralmente, tinham a religião como motivo principal.

O TRABALHO INDÍGENA

A maioria dos trabalhos que abordam os guaranis no rio Verde ressalta o papel decisivo do Barão de Antonina na conquista da mesopotâmia guarani, quando da organização da missão e do aldeamento. O que houve na verdade foi uma articulação estreita entre o projeto de um dos maiores latifundiários da região e as políticas do Império e do governo provincial.

Alguns índios trabalhavam como braçais na fazenda Pirituba, e eram fundamentais nas expedições organizadas pelo Barão de Antonina de 1845-52, nas quais desenvolviam as tarefas de canoeiros e intérpretes. Nestas expedições sertanistas e índios convenciam outros grupos guaranis a se transferirem para o rio Verde, sendo que no ano de 1847 o aldeamento já contava com aproximadamente quatrocentos índios.

Com a organização do aldeamento, o Barão e o governo provincial conseguiam concentrar mão-de-obra para a frente agrícola que adentrava a região e assim liberaravam as terras do norte do Paraná da presença indígena para a construção de estradas e o início do processo de recolonização da antiga província do Guairá.

Os poucos recursos destinados ao aldeamento só garantiam a distribuição de ferramentas e bugigangas para tornar os índios mais dependentes ainda da população regional. A primeira distribuição se deu no ano de 1844, ordenada pelo presidente Manoel Felizardo de Souza e Mello. Na fundação da missão capuchinha, em agosto de 1845, o Barão pessoalmente distribuiu “aguardente, fumo, rapadura, sal, roupas, missangas, etc”.²⁹ A primeira cota de recursos

29. ELLIOT, João Henrique. Resumo do Itinerário de uma viagem exploradora pelos rio Verde, Itararé, Paranapanema e seus afluentes, pelo Paraná Ivaí, e sertões adjacentes, empreendida por ordem do Exm. Sr. Barão de Antonina. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 9, 1847. p. 18.

enviados ao diretor do aldeamento em dezembro de 1847, serviu para a distribuição de sal, machados, foices, mantas de lã e apenas um facão com bainha para presentear o cacique.³⁰

O grau de dependência aumentava tanto que, em 1853, os índios já trabalhavam como assalariados nas fazendas da região, percebendo trezentos e vinte réis (\$320) por dia³¹, apesar de possuírem terras em abundância. Situação esta que perdurou e se agravou nos últimos anos da presença guarani no rio Verde, principalmente no período republicano, que veremos adiante.

OS INTRUSOS BRANCOS E A REAÇÃO GUARANI

Na década de 80 do século passado, com a expansão colonizadora e o crescimento da vila de São João Batista, esgotam-se as terras nos arredores do território guarani. A partir de então, os colonos voltariam sua atenção para as terras do aldeamento, desencadeando uma seqüência de iniciativas almejando a expropriação total do território guarani.

O senador Joaquim Floriano de Godoy escreve, em 1875, que o aldeamento de São João Batista estava abandonado e, mesmo possuindo terras fertilíssimas, não podia se desenvolver porque faltava direção.³²

Jorge Seckler aponta a fertilidade do solo e lamenta a ocupação indígena por não explorá-lo a contento: “Entre o Itararé e o rio Verde há um extenso terreno de superior qualidade, muito próprio para a cultura do café, todo livre de geada. Mede 33 quilômetros de comprimento sobre 13 quilômetros de largura. Este terreno é ocupado pelos índios que pouca plantação fazem”.³³

Estas avaliações foram chegando à capital da província concomitantemente ao avanço dos colonos sobre as terras guaranis que, segundo os entendidos, tinha fertilidade superior às terras de São Manuel do Paraíso e Ribeirão Preto.

A afirmação de que o aldeamento estava abandonado era correta quanto ao apoio e acompanhamento estatal, porém, em relação à ocupação indígena, a mesma sempre foi contínua e ininterrupta. Isso provocava uma situação difícil aos colonos que, ansiosos, desejavam invadir o terreno, mas, além da ocupação

30. Prestação de contas do Aldeamento do diretor do aldeamento de S. J. Batista do Rio Verde, 1847-1849, AESP-Diretoria Geral dos Índios, cx. 5521.

31. CANABRAVA, A. P. Os contratos de trabalho e os índios da Província de São Paulo, 1853. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Nova Série, v. 4, 1950. p. 436.

32. GODOY, Joaquim Floriano de. *A província de São Paulo*. Coleção Paulística, Vol. 7. São Paulo: Governo do Estado, 1978 (1875). p. 138.

33. SECKLER, Jorge. *Almanaque do Estado de São Paulo para 1890*. São Paulo: Editores/proprietários Jorge Seckler e Cia., ano 7, 1890. p. 138

mansa e pacífica pelos índios, a legislação fundiária e indigenista garantiam a plena propriedade indígena (decreto de regulamentação da lei de terras - 30/01/1854, art. 75 - e o Art. 1º, & 15 do Regulamento das Missões).

O processo de expropriação das terras guaranis do rio Verde se deu em etapas e durou mais de vinte anos, sendo eivado de irregularidades.³⁴

A primeira tentativa aconteceu no ano de 1891, quando um colono tentou se apossar da terras, apresentando uma concessão de burgo agrícola conseguida do governo provisório da República. O concessionário do burgo agrícola até mediou a “Fazenda dos Índios”, perdendo o seu trabalho porque a concessão foi declarada ilegal por estar dentro da propriedade indígena.

A partir de 1894, iniciaram-se novamente as invasões. Os índios, depois de reclamarem insistentemente junto às autoridades da Comarca, conseguiram a intervenção do Promotor de Justiça, que se opôs aos invasores, mas não o suficiente para fazer cessar o esbulho, de sorte que, em 1898, era grande o número de intrusos. Os índios passaram então a ameaçar expulsá-los a força.

No mesmo ano, pressionado pelos índios e autoridades locais, o Secretário da Agricultura, com o intuito de evitar um conflito maior e cessar os abusos, enviou ao Rio Verde uma comissão técnica, formada por engenheiros da Inspeção de Terras, Colonização e Imigração. Ao término do trabalho, a comissão intimou os invasores a deixar o território no prazo de seis meses e construiu uma cerca de arame de 2.733 m de extensão, entre as cabeceiras de dois córregos que dividem os terrenos dos índios dos particulares.³⁵

A comissão verificou que o grande terreno, conhecido por “Mata dos Índios”, iniciava-se aproximadamente a dois quilômetros da cidade do Rio Verde, estendendo-se até a confluência dos rios Verde e Itararé. Coberto de espessas matas era habitado nas margens dos dois rios por índios e invasores brancos, avaliados em cerca de quarenta, dos quais apenas de catorze a dezesseis residiam no local.

Constatou também a comissão a vergonhosa exploração a que os índios eram submetidos. Alguns caciques arrendavam terras aos brancos, mas acabavam devedores destes e pagavam a dívida com trabalho, sendo conservados em quase cativo.

Contra esta situação de exploração se rebelou o cacique Araguayra, tomando atitude enérgica contra o cacique Candinho e outros guaranis responsáveis pelo

34. CARDIM, José da Matta. Exposição dos direitos do índios Guarani e Caiuá sobre os terrenos dos aldeamentos dos municípios de Itaporanga (Ex S. João Batista do Rio Verde e Piraju, no Estado de São Paulo. *Serviço de Proteção aos índios*. Avaré/SP, 1910, passim.

35. Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Pública. Relatório citado. p. 90.

arrendamento das terras a troco de pagamento irrisório, quando não recebiam pinga em contraprestação.³⁶

O grande cacique Araguayra realizou uma peregrinação junto às autoridades do país para denunciar as explorações de que estavam sendo vítimas e as invasões praticadas pelos vizinhos brancos. Primeiro ele esteve em São Paulo, e posteriormente na capital da República, onde contou com o apoio incansável do missionário Padre Claro Monteiro que, a partir desse contato, decidiu dirigir-se até a região para desenvolver a catequese e seus estudos etnológicos.

Em 1900, Monsenhor Claro Monteiro visitou o Rio Verde e descreveu a saga vivida pelo cacique Araguayra que, no Rio de Janeiro, contraiu varíola, e ao retornar, contaminou sua aldeia. Aquele que bravamente reivindicou a propriedade dos Guaranis acabou morrendo e semeando a epidemia aos seus parentes; ao que consta mais de cem índios morreram nesse episódio.

O golpe fatal aconteceu em 1902, quando as terras foram registradas na Comarca como devolutas. A partir daí, os brancos invadiam as terras, alegando que o governo do Estado preparava o loteamento do território.

Em 1910, os indígenas realizaram novamente um movimento de pressão junto ao poder judiciário, conseguindo o acolhimento de suas reivindicações por parte do Juiz de Direito da Comarca de Itaporanga (ex-São João Batista do Rio Verde), que determinou um prazo de 30 dias para que os invasores retirassem as suas lavouras, ordenando em seguida o despejo sumário mediante força policial e a medição e divisão da “Fazenda dos Índios”.

Em 1912, o etnólogo alemão Curt Nimuendaju esteve no Rio Verde, a trabalho do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), órgão que, aparentemente, não se inteirou da história da luta dos Guaranis pela manutenção da propriedade do Rio Verde e promoveu a transferência desses índios para o Posto Indígena Araribá, na região de Bauru.

A contragosto, os guaranis tiveram que aceitar a proposta governamental. Fizeram a mudança em setembro de 1912, estavam reduzidos a 150 indivíduos.

CONCLUSÃO

Este ensaio apresenta possibilidades de recortar temas a partir das diferentes relações históricas entre as etnias do alto Rio Paranapanema. A história do contato se apresenta instigante tanto em relação aos Kaingangs como aos Guaranis; o cenário no qual se desenrola a “guerra justa”, com colonos das frentes pioneiras e tropeiros da Estrada do Sul, ainda tem muito a ser desenvolvido.

36. NIMUENDAJU, Curt. *Apontamentos sobre os Guaranis*. Trad. e notas Egon Schaden. Revista do Museu Paulista. São Paulo, N. S., v. 8, 1954. p. 30.

Percebemos também o apego do grupo guarani à terra, contrariando o discurso oficial do século passado e que perdura até hoje, de que as nações indígenas não dão valor ao seu território. Os guaranis não só tinham consciência de sua propriedade, como resistiram até o último momento, lançando mão de todos os meios possíveis de que dispunham para obstar a esbulho praticado pelos brancos.

Outro tema de rentabilidade é a Missão Capuchinha-Guarani de São João Batista, que tem particularidades em relação às outras missões capuchinhas do século passado, tanto do ponto de vista de sua composição étnica como da sua base econômica.

As migrações guaranis e o conseqüente contato com outras etnias nativas e com a população luso-brasileira também apresentam questões interessantes do ponto de vista da história indígena. E a busca da “Terra Sem Males” sendo interrompida por muitos anos, pelo menos geograficamente, a partir do momento que as condições materiais garantiam a sobrevivência e espaços de recriação da cultura tradicional guarani.

Por último, este trabalho demonstra a permanência da questão de mão-de-obra na política indigenista do século XIX e que, por muitas vezes, os processos visavam dar conta das questões do trabalho e das terras indígenas.

Anexos:

Quadro populacional do aldeamento de São João Batista do Rio Verde

Ano	População	Homens	Mulheres	Fonte
1843	200	-	-	Barão de Antonina
1862	478	-	-	Nimuendaju
1871	306	-	-	Nimuendaju
1883	302	163	137	Diretoria Geral dos Índios
1898	270	-	-	Secretaria da Agricultura
1910	447*	110	102	SPI
1912	150	-	-	Nimuendaju

* 235 crianças de ambos os sexos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Cx. 1012, doc. 20. "Ofícios diversos", Rio Verde, 10/12/1834.

Cx. 932, doc. 12-A. "Ofícios diversos", Capital, 20/07/1862.

Cx. 5521. "Diretoria Geral dos Índios", 1847-1849.

Livro 151. "Freguesia de São João Batista", 1854.

LIVROS, ARTIGOS E DOCUMENTOS IMPRESSOS

1. ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de. "Jornaes das Viagens Pela Capitania de São-Paulo". **Revista Trimestral do Instituto Historico Geográfico e Etnográfico do Brasil**. Rio de Janeiro, T. 45, 1882, p. 5-47
2. CANABRAVA, A. P. "Os contratos de trabalho e os índios da Província de São Paulo, 1853". **Revista do Museu Paulista**. São Paulo, v. 4, 1950. p. 433-438.
3. CARDIM, José da Matta . Exposição dos direitos do índios Guarani e Caiuá sobre os terrenos dos aldeamentos dos municípios de Itaporanga (Ex. S. João Batista do Rio Verde) e Piraju, no Estado de São Paulo. **Serviço de Proteção aos índios**. Avaré-SP, 1910.
4. CLASTRES, Hélène. **Terra sem mal - o profetismo Tupi Guarani**. Trad. Renato Janine Ribeiro. São Paulo : Brasiliense, 1978.
5. CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **Legislação Indigenista no Século XIX : uma compilação : 1808-1889**. São Paulo : EDUSP/Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.
6. **DISCURSO-relatório proferido pelo Presidente da Província Manoel da Fonseca Lima e Silva**. São Paulo : Assembléia Provincial de São Paulo. 07.01.1847.
7. ELLIOT, João Henrique. "A emigração dos Cayuaz". Narração coordenada sob apontamentos dados pelo Sr. João Henrique Elliot, pelo sócio efetivo o Sr. Brigadeiro J. J. Machado de Oliveira. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** : Rio de Janeiro, p. 434-447, 1898.
8. _____. "Resumo do Itinerário de uma viagem exploradora pelos rio Verde, Itararé, Paranapanema e seus afluentes, pelo Paraná Ivaí, e sertões adjacentes, empreendida por ordem do Exm. Sr. Barão de Antonina". **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, v. 9, p. 17-41, 1847.
9. GODOY, Joaquim Floriano de. **A província de São Paulo**. Coleção Paulística, v. 7. São Paulo : Governo do Estado, 1978. (1875).

10. JORNAL CORREIO PAULISTANO, São Paulo, 14 jan. 1863.
11. MACHADO, João da Silva. Cópia da participação oficial que, em data de 2 de setembro de 1843 dirigiu o coronel João da Silva Machado ao governo da província, acerca dos alojamentos de indígenas no município de Itapeva”. In: PINTO JUNIOR, Joaquim Antonio. Memória sobre a catequese e civilização dos indígenas da Província de São Paulo. **Revista da Sociedade de Etnografia e Civilização dos índios**, São Paulo, t. 1, p. 59-69, 1901.
12. MONTEIRO, John M. Vida e morte do índio : São Paulo Colonial. In: **Índios no Estado de São Paulo : resistência e transfiguração**. Org. Comissão Pró-índio de São Paulo. São Paulo : Yankatu, 1984. p. 21-44.
13. _____. org. **Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros : acervos das capitais**. São Paulo : HII-USP/FAPESP, 1994.
14. NIMUENDAJU, Curt. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani**. São Paulo : Hucitec-Edusp, 1987
15. _____. Apontamentos sobre os Guarani”. Trad. e notas Egon Schaden. **Revista do Museu Paulista**. São Paulo, v. 8, 1954. p. 09-58.
16. OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. **Quadro histórico da Província de São Paulo**. São Paulo : Governo do Estado, 1978. Coleção Paulística, v. 4.
17. _____. Notícia raciocinada sobre as aldeias de índios da província de São Paulo, desde o seu começo até a atualidade. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. São Paulo, v. 8, p. 204-54, 1946.
18. PIMENTEL, Adriano Queiroz. **A família Pimentel do sul de São Paulo e os Ferreira Mello Camargo**. Itararé, 1972.
19. SAINT-HILAIRE, August. **Viagem a Província de São Paulo....** 2. ed. São Paulo : Livraria Martins, 1945.
20. SECKLER, Jorge. **Almanaque do Estado de São Paulo para 1890**. São Paulo : Jorge Seckler e Cia., 1890. v. 7.
21. SECRETARIA DOS NEGOCIOS DA AGRICULTURA, COMERCIO E OBRAS PUBLICAS. **Relatório correspondente ao ano de 1898. Apresentado ao Presidente do Estado Coronel Fernando Prestes de Albuquerque**. São Paulo, tipografia do Diário Oficial, 1899, p. 90-93.